

O Estado de São Paulo
Quinta-feira, 1 de abril de 1999

Duas décadas perdidas

ESTRATÉGIAS CONFUSAS FAZEM DESEMPENHO ECONÔMICO MEDÍOCRE TORNAR-SE CRÔNICO

*Marcelo de Paiva Abreu**

A despeito do que diz o tango “Volver”, de Carlos Gardel e Alfredo Le Pera, é difícil acreditar que “veinte años no es nada”. Tanto na vida das pessoas quanto na história das nações. A economia brasileira em 1999 é quase 40% maior do que em 1980, mas o crescimento foi inferior à expansão da população. Em 1999, a renda per capita do Brasil será em torno de 3% inferior ao nível de 1980, pico do período anterior à grande crise da dívida dos anos oitenta e fim de uma era de crescimento quase que contínuo, iniciada em meio à Segunda Guerra Mundial. Já não é mais razoável falar-se em década perdida nos anos oitenta. São agora duas as décadas perdidas. Há vinte anos, passando por incontáveis peripécias macroeconômicas, o Brasil continua, em matéria de nível de renda, no mesmo lugar. É um mesmo lugar mais democrático e com melhores instituições, mas ainda assim é o mesmo lugar. O declínio relativo do País em termos de renda poderia talvez ter sido parcialmente compensado por avanços na área social, mas isto não ocorreu: a redução relativa da mortalidade infantil foi menor do que a de países similares e muito pior do que a alcançada nas economias desenvolvidas.

Alguns poderiam se consolar com a constatação de que o desempenho brasileiro é apenas marginalmente pior do que o desempenho médio de outros países no mesmo estágio de desenvolvimento (batizados, algo impropriamente, pelo Banco Mundial, de países de renda média alta) e bem melhor do que o dos países em desenvolvimento mais pobres. Em contraste, no mesmo período as economias desenvolvidas aumentaram a sua renda per capita mais de 40%, ou seja a uma taxa anual superior a 2%. O contraste entre desempenho de economias desenvolvidas e em desenvolvimento, longe de ser justificativa para o marasmo brasileiro, deveria ter servido de incentivo para que o País transitasse do grupo de países em desenvolvimento para o de países desenvolvidos. A experiência histórica também não indica que, no longo prazo, o desempenho econômico brasileiro tivesse sido de algum modo pautado pelas dificuldades comuns às economias em desenvolvimento. Até o início dos anos setenta só o desempenho do Japão e da Finlândia, desde o início do século, havia superado o do Brasil em termos de taxa de crescimento do PIB per capita.

O desempenho começou a piorar com o desgaste do tradicional modelo de substituição de importações e de presença maciça do Estado como provedor de bens e serviços, que, fora a retórica, havia sido apenas levemente ajustado pelos militares. Os custos crescentes de manutenção de tal modelo e a erosão dos seus benefícios foram agravados pelas crises sucessivas de balanço de pagamentos, em uma ambiente macroeconômico marcado pela crescente indexação da economia e pelo desequilíbrio das contas públicas.

Parte importante da ineficácia na busca de uma estratégia alternativa esteve ligada aos vícios do processo decisório no âmbito do setor público no País, retrato magnificado de algumas fraquezas nacionais. Nas políticas públicas e na avaliação de suas consequências manifestaram-se as dificuldades clássicas. Sempre foi difícil selecionar objetivos e persistir na obtenção de resultados sem declarações prematuras de sucesso. Sempre foi difícil escolher entre objetivos conflitantes. Sempre a ciclotimia estrutural dificultou avaliações objetivas do resultado de políticas, sem admissão de estágio intermediário entre o céu e o inferno, entre a vitória total e esmagadora e a derrota definitiva e humilhante. Sempre foi difícil reconhecer a estrutura das defasagens temporais entre causas e efeitos, deformação que minou a persistência na condução de políticas.

Durante quase quinze anos o País patinou estagnado em busca de um modelo econômico que permitisse a volta do crescimento. Por um período de tempo limitado, a partir de 1993, pareceu que o governo havia encontrado maneira de superar os obstáculos à transição para outro modelo, que parecia ter alguma chance de sucesso, baseado na abertura comercial, na privatização e na estabilização da moeda. Mas, desde bem cedo no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique, ficou clara a relutância em dar continuidade ao processo de ajuste das contas públicas em ritmo compatível com a estabilização. O Presidente deu sinais claros de banzo desenvolvimentista. Usou reiteradamente o sucesso, cada vez mais difícil, em contornar as instabilidades da economia internacional, como espaço adicional para acomodações políticas ao processo de ajuste.

A falta de visão estratégica clara que levou à duplicidade de objetivos está na raiz dos insucessos governamentais desde a vitória nas eleições de outubro. Passados os piores momentos da aguda crise cambial iniciada em janeiro já podem ser detectados os primeiros sinais do retorno dos velhos vícios. Indicações de euforia baseadas na ciclotimia tradicional, mesmo que os capitais externos atraídos sejam, de novo, extremamente voláteis. “Flexibilização” da posição quanto aos ajustes financeiros dos estados. Preparativos para o assalto à cornucópia governamental por parte da clientela tradicional.

Com base no retrospecto brasileiro dos últimos vinte anos, qualquer estratégia que não envolva defesa intransigente do ajuste das contas públicas e da estabilização como pré-condição para o desenvolvimento parece irresponsável. E o pior é que já se notam os indícios do início da disputa presidencial de 2002. Os riscos de perpetuação do modelo do Brasil como eterno País de um futuro cada vez menos promissor parecem muito altos.

*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.